



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA PROPOSIÇÃO 17/2012

REDAÇÃO FINAL À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 001/12

Altera o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

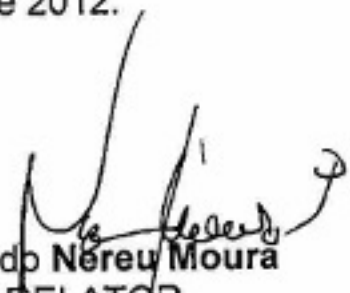
Art. 1º - O art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 – A Rádio e Televisão Educativa do Paraná – RTVE, manterá seu caráter educativo e cultural, com a prioridade de sua programação à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses, estando vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS."

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 2012.

Deputado 
PRESIDENTE

Deputado 
RELATOR


Paranhos


ENIO VERRI


MARIA LIMA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA PROPOSIÇÃO 22/2012

REDAÇÃO FINAL À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 003/12

Institui o subsídio como forma de remuneração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Art. 1º Revoga-se o § 16 do Art. 45 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º Revoga-se o art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 3º O § 15 do art. 45 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 45. (...)*

§ 15. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná passam a perceber remuneração sob a forma de subsídio, em parcela única, em observância ao contido no § 4º do artigo 39, em face do que dispõe o § 9º do artigo 44, ambos da Constituição Federal."

Art. 4º O § 5º do art. 47 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 47. (...)*

§ 5º A remuneração dos delegados e policiais civis passa a ser fixada na forma de subsídio, em parcela única, conforme dispõe o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal em face do que dispõe o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, observado o disposto nos incisos X, XI e XV do artigo 27 e dos §§ 4.º, 5.º e 6.º do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná."

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 2012.

Deputado Mauro Moraes
PRESIDENTE

Deputado Pedro Lupion
RELATOR

LEMOZ

NEREU



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 205/12

Concede o Índice Geral de 5,1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica concedido o Índice geral de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) na referência inicial de vencimento básico das tabelas do pessoal civil do Poder Executivo do Estado do Paraná, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitadas a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, para atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. A aplicação do índice referido no *caput* é a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relativo ao período acumulado do mês de maio de 2011 a abril de 2012.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003, mesmo que não tenham o direito à paridade.

Art. 3º O aumento percentual de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) abrange os servidores ativos integrantes das Carreiras de Advogado, Auditor Fiscal – CRE, Procurador, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo –

QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, os Contratos de Regime Especial – CRES, PARANAEDUCAÇÃO, Convênios com APAE'S, o vencimento básico e os encargos especiais dos Cargos de Provimento em Comissão, as Gratificações do QPPE e a Gratificação de Saúde das IEES.


Art. 4º O disposto nesta Lei não se aplica às carreiras da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entes de Cooperação Econômica, funções e cargos acadêmicos e demais vantagens não previstas nesta Lei.

Art. 5º A aplicação do índice fixado no art. 1º e a implementação em folha de pagamento será no mês de maio de 2012.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



